



O desmonte do “Império Ultramarino”, a Revolução dos Cravos e o projeto “imperialista brasileiro” na ditadura Civil-Militar, estatais e empresas privadas brasileiras em Angola e Moçambique. Relatório Secreto do embaixador Carlos Alberto da Fontoura.

JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS*

Resumo

A presente comunicação faz parte de um trecho da tese - *Ação diplomática brasileira no processo de independência dos países africanos em conflito com Portugal no cenário da Guerra Fria* (2015) - no capítulo em que discorre sobre o Relatório Secreto (1974) do então embaixador brasileiro em Portugal, Carlos Alberto da Fontoura, que antes foi chefe do polêmico Serviço Nacional de Informação (SNI). O relatório foi produzido para se entregue ao ministro das relações exteriores, naquele momento Francisco Azeredo da Silveira sobre a situação pós-Revolução dos Cravos em Portugal, em relação às denominadas “Províncias Ultramarinas” compostas por Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. O relatório aborda questões sobre vários aspectos: político, econômico, cultural, e das potencialidades de cada “território”. Além de vislumbrar a situação conturbada que Portugal estava vivendo na conjuntura, em que os “capitães de abril” derrubam o salazarismo; e outros grupos tantos de esquerda como de direita disputam o poder para substituir o governo salazarista que acabava de cair o que era agravado pelas guerras de independências em solo africano. O relatório procura evidenciar a conjuntura em cada Estado africano e como o Brasil poderia atuar na substituição da influência do governo português no continente africano. Para essa apresentação foi feito recorte privilegiando Angola e Moçambique, que segundo o relatório eram as que tinham melhores condições de investimentos brasileiros. Carlos Alberto da Fontoura destaca nessa parte do relatório o conflito entre o Estado português e os movimentos de independências de ambos os Estados africanos, apontando como o Brasil poderia corroborar a fim de está mais presente, haja vista que os movimentos de independência associava o Estado brasileiro como um Estado aliado do Estado salazarista. Sendo assim, Fontoura expõe como a ditadura civil militar poderia mudar a forma como o Estados africanos viam o Brasil, o que percebemos que deu fruto pós independência com a presença de empresas brasileiras privadas e estatais, além de parcerias em diversas, a exemplo da educação, agricultura, infraestrutura entre outros.

Palavras-Chaves: **África, Revolução dos Cravos, ditadura.**

*Doutor em História pela PUCSP e docente em Histórias das Áfricas e Cultura Afro-brasileira na UFOB.
Contato: jose.francisco.puc@gmail.com/jose.santos@ufob.edu.br



Introdução

Em meio do desmonte do “Império Ultramarino”² refletimos qual foi à influência do Brasil neste processo e para análise teremos como principal fonte empírica desta comunicação o relatório escrito pelo então embaixador brasileiro em Portugal, Carlos Alberto da Fontoura, no qual apresentou informações para o governo brasileiro fazendo um levantamento da conjuntura portuguesa, pós Revolução dos Cravos e como estava a relação com suas “Províncias Ultramarinas”³. O intuito do relatório era subsidiar o Ministro das Relações Exteriores Antônio Francisco Azeredo da Silveira para sua visita a Portugal. Não obstante, a análise acerca deste relatório será acompanhada de bibliografias que discorrem sobre esse período.

Para iniciarmos a reflexão é essencial considerarmos que na maioria das vezes um relatório diplomático tem como intuito informar seu país a respeito dos acontecimentos e possíveis ações que o Estado pode tomar para alcançar benefícios políticos, econômicos, diplomáticos, sociais, dentre outros aspectos. Já na introdução do seu relatório, o embaixador Carlos Alberto da Fontoura discorre que,

A Embaixada do Brasil em Lisboa, com a finalidade de contribuir para o preparo da visita do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores a Portugal, fez preparar o presente estudo a respeito da conjuntura lusitana, descrita e analisada, em seus traços mais relevantes, nos domínios políticos, econômico e cultural, procurando ressaltar seu reflexo no plano dos negócios luso-brasileiros. Cuidou-se, ainda, de dar maior ênfase às possibilidades e aos meios da expansão ordenada das relações entre os dois países, algo ressentidas com a Revolução de 25 de abril e suas consequências em Portugal e suas colônias, uma das quais já soberana. Não foi colocado à margem uma análise, posto que sumária, das relações atuais e potenciais do Brasil com a África de expressão portuguesa. Da mesma forma, consta deste trabalho apêndice, elaborado pelo Adido da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, a propósito de questões de suas

² O termo “Império Ultramarino” era usado para designar os “territórios portugueses” no continente africano, composto por Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

³ Segundo Gonçalves (1994, p107-108), o termo colônia foi utilizado desde início do processo de colonização até o período liberal, quando Portugal passou a usar a designação “Província Ultramarina”, explica ainda que, com o advento da República, 1910, voltou a se usar o termo colônia até a promulgação do Ato Colonial, já no regime salazarista, quando retornou usar, em 1951, o termo “Províncias Ultramarinas”.



especialidades. Dada a premência de tempo, a vastidão da matéria e a fluidez das situações focalizadas, inseridas em contextos altamente dinâmicos e complicados por contradições ainda não ultrapassadas, este estudo, dentro dos limites sumários por mim estabelecidos, não poderia ter a pretensão de formular soluções para os problemas nele aflorados. Trata-se, assim, de mero brevíário, condensado dentro do possível, e, por isso mesmo, contendo simplificações analíticas, para as quais estou certo contar com a Tolerância da Vossa Excelência.⁴

O embaixador Fontoura, na introdução de seu relatório, descreve ao Ministro das Relações Exteriores Francisco Azeredo da Silveira⁵ como se deu a transição do regime político português, como também o processo de emancipação das denominadas “colônias portuguesas em África”. Como vimos no trecho acima, o relatório aborda aspectos políticos, econômicos e culturais.

Importa salientarmos que os militantes que estavam à frente da Revolução dos Cravos, os chamados de Capitães de Abril, tinham tendências de esquerda, que a priori traziam algum receio ao governo brasileiro, pois se temia atitudes esquerdistas do novo governo português. Cumpre observarmos que o embaixador Carlos Alberto da Fontoura, quando foi assumir a embaixada brasileira em Portugal, já em período pós-revolução, não foi bem recebido. O governo português, inclusive, chegou a pedir para que fosse enviado outro embaixador, pelo fato de Fontoura ser militar ligado ao Exército Brasileiro (foi chefe do Serviço de Informação - SNI⁶), sendo assim acusado por exilados brasileiros em Portugal de servir a ditadura civil-militar.

⁴ Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974.

⁵ A respeito do Ministro das Relações Exteriores do Brasil Francisco Azeredo da Silveira registramos sua visão sobre a Revolução dos Cravos: “o Brasil foi o primeiro país a reconhecer o governo revolucionário de Portugal. Isso foi muito importante. Quer dizer, me preparei de tal modo, quando senti que... a nota já estava pronta para ser respondida, no momento da comunicação. E isso também foi muito importante porque cortou completamente qualquer tipo de nostalgia ou de solidariedade ou de incompreensão com o que ia acontecer em Portugal, e que, necessariamente, tinha que ter contradições enormes. E, também nesse fim de ano, eu visitei Portugal, o que foi considerado um gesto temerário. Nessa época, fui muito bombardeado com sugestões, algumas simpáticas, outras, até agressivas”. (SPEKTOR, 2010, p. 267)

⁶ A respeito do SNI órgão de investigação e repressão da ditadura civil-militar, o seu fundador, general Golbery do Couto e Silva disse, segundo Elio Gaspari, “Criei um monstro” (*Folha de S Paulo* 2 de junho de 1999). Observamos também que o mesmo autor em seu livro *Ditadura Escancarada* (2002) expõe sobre o SNI: “No aparelho de repressão política montado pela ditadura brasileira, um oficial classificado no CEI, por exemplo, ficava burocraticamente lotado no gabinete do ministro do Exército. Outro, no SNI, tornava-se parte do quadro de pessoal da Presidência da República. Isso assegura-lhe uma pequena gratificação salarial e uma boa quantidade de pontos no sistema de avaliação funcional que orienta promoções e remanejamentos. Um oficial que entrasse como capitão no circuito SNI-CEI-DOI tinha duas vezes mais chances de vir a servir como adido no exterior do que outro mantido na rotina dos quartéis. [...]” (GASPARI, 2002, p. 26)



Fontoura só conseguiu assumir após o presidente Ernesto Geisel ter acenado que caso Portugal não o aceitasse, a embaixada brasileira em Portugal ficaria sem embaixador. Sendo assim, o governo português aceitou “à força” o representante brasileiro. A respeito desse episódio, o então presidente Ernesto Geisel comentou em uma entrevista à pesquisadora Celina D’Araujo,

[...] Logo no começo de meu governo, após a Revolução dos Cravos, tive um problema diplomático com Portugal. Havia sido nomeado o embaixador em Lisboa, pelo Médici, o general Carlos Alberto de Fontoura, que fora chefe do SNI. Por problemas de saúde de uma filha, ele protelou sua ida para lá. O novo governo português através de seu encarregado de negócios entre nós, manifestou o desejo de que o Fontoura não fosse o nosso representante. Certamente, os esquerdistas que haviam feito a revolução sabiam que ele vinha do SNI. Quando o Silveira me deu conhecimento dessa posição portuguesa, mandei que dissesse ao encarregado de negócios que Fontoura iria como nosso embaixador ou então não iria ninguém. Os revolucionários portugueses acabaram cedendo e o receberam muito bem como representante do Brasil. Mais tarde, Mario Soares veio em caráter oficial ao Brasil, conversou amistosamente comigo e foi bem acolhido, como sempre os portugueses o foram entre nós. Houve uma ocasião em que um grupo de militares portugueses queria invadir Portugal contra a Revolução dos Cravos, partindo do Brasil e com a nossa cooperação. Era uma loucura, uma fantasia. Coisa sem pé nem cabeça. Fizeram contato com o Itamarati e com militares nossos, mas foram fracamente dissuadidos de qualquer ação dessa natureza. (apud D’ARAÚJO, 1997, p. 345).

No livro organizado pelo pesquisador Matias Spektor, *Azeredo da Silveira: um depoimento* (2010), o então ministro das Relações Exteriores do Brasil comenta sobre a posse do embaixador Carlos Alberto da Fontoura, indagado se houve problemas diplomáticos, Silveira discorreu,

Houve muito problema com ele, sim...Antes de tomar posse, o general Geisel havia negado ao presidente Médici se ele, Geisel que nomearia o [general Carlos Alberto] Fontoura para embaixada em Lisboa. Geisel aceitaria se o Médici fizesse acho que em janeiro [de 1974]. Houve o agrément em janeiro e ele foi submetido ao Senado logo na abertura dos trabalhos legislativos em 1º de março e depois foi nomeado pelo Médici. Só sei que ele só foi apresentar suas credenciais ao novo governo português. Antes disso, porém, enquanto ele ainda estava aqui, o novo governo tentou retirar o agrément. [...]

Como havíamos exposto em linhas anteriores o governo português não queria o *agrément*⁷ de Fontoura, Azeredo comentou como resolveu o problema:

⁷ Na linguagem diplomática significa consentimento de um Estado para que determinado diplomata estrangeiro seja nomeado para função em seu território [O diplomata, assim aprovado, torna-se persona grata].



Fui duríssimo com eles nesse telegrama. Disse que eles não tinham o menor direito de se meter de um ato de decisão do governo brasileiro; que tínhamos dado todas as provas de que reconhecíamos, respeitávamos e acataríamos as decisões a nível interno. Em contrapartida, não aceitaria que eles retirassem o agrément e que, se fizessem, não mandaríamos embaixador para Portugal. Fiz isso por várias razões: em primeiro lugar, porque não podia estabelecer uma divisão dessa natureza entre o governo Médici e o governo Geisel. O presidente Geisel nunca gostou demais do Fontoura, mas ele sabia o problema político que isso criaria para ele (apud SPEKTOR, 2010, p. 270).

No livro *A Ditadura Derrotada* de Elio Gaspari (2002, p. 205 - 206), há um trecho que fortalece o descontentamento do general Geisel com Fontoura: “[...] Não devia confiar sequer no chefe do SNI, general Carlos Alberto da Fontoura retraído, Fontoura era o melhor amigo de Médici”. Vemos que o embaixador enviado para Portugal aquela altura não era unanimidade dentro do corpo diplomático brasileiro e nem do Estado português. Observamos que Fontoura não era um diplomata de carreira, contudo como apontamos acima fazer parte de órgãos repressores (SNI-CEI-DOI) contribuía para acessão de cargo.

Azeredo comentou em depoimento que em sua gestão reduziu ao máximo o número de pessoas que não eram da carreira diplomática, “em determinado momento, só havia um em Portugal, o [general Carlos Alberto] Fontoura, que tinha sido designado pelo presidente Médici e depois, o presidente Geisel ofereceu a embaixada em Paris ao Delfim [Neto]”. (SPEKTOR, 2010, p. 278).

Apresentado o perfil do embaixador Carlos Alberto da Fontoura, o seu relatório apresenta o quadro de um país em fase de diversas transformações nas quais as relações entre os dois países - Brasil e Portugal - eram complexas por conta do próprio contexto histórico, o fato do Brasil ser uma ex-colônia portuguesa, assim como também sua intensão de posicionar no cenário internacional com maior autonomia e liderança.

A descolonização africana e o próprio período revolucionário português contribuíram para que setores de formação de opinião pública, em parte ligados ao governo brasileiro, enxergassem a importância do Brasil agir com maior protagonismo no desmonte do Estado salazarista.

O que podemos notar com o diplomata Azeredo da Silveira que fez reflexões sobre a opinião de alguns setores da sociedade que queriam uma maior atuação do Estado brasileiro como podemos observar no seguinte trecho,



O Carlos Lacerda, nessa época, por exemplo, me escreveu umas cartas que denotavam um certo desequilíbrio no pensamento dele. Eu me pergunto se ele não estava mais doente do que se achava que estava. Ele tinha uma aparência sã, mas as cartas que seguiam uma linha inteiramente de apoio àquele general que usava monóculo, o [Antônio de] Spínola... É muito difícil uma revolução, na segunda metade do século XX, com um general de monóculo. Também não quero ser tão contra o monóculo assim [risos]. A verdade é que ele queria que eu apoiasse totalmente o Spínola⁸.

O [Júlio de] Mesquita [Neto], do Estadão, me telefonou uma noite, queria que eu fosse a Portugal, em pleno processo revolucionário, muito antes da época que (fui em fins de novembro). Achava que eu ia ser árbitro em Portugal: “O senhor tem todas as condições para ser árbitro”. Disse: “Nem que eu tivesse condições. Não tenho direito de ser árbitro de nenhum outro país senão do Brasil, e cada vez vai ser mais europeu e menor, por causa disso mesmo”. (SPEKTOR, 2010, p. 267-268)

As duas pessoas citadas por Azeredo da Silveira, o primeiro, Carlos Lacerda, conhecido defensor do regime salazarista, que no período da ditadura civil-militar contribuiu para ação da PIDE no Brasil em 1964, que torturou membros do MPLA/MABLA⁹, no então Estado da Guanabara, em que era governador.¹⁰ Já o jornalista Júlio de Mesquita Neto, do jornal *O Estado de S Paulo*, que ficou exilado em Portugal e não tinha boas recordações do período que viveu sobre regime salazarista até por isso mesmo ao regressar ao Brasil noticiava em seu periódico notícias contra o jugo português em território africano¹¹.

Ambos embora, em momentos anteriores terem estado em posicionamentos divergentes¹² no que se referia à Portugal nesse momento pediam a interversão do

⁸ António Sebastião Ribeiro de Spínola foi militar. Atuou a guerra colonial como governador e comandante-chefe das Forças Armadas na Guiné de 1968-1973. Nomeado vice chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, em 1974, foi exonerado do cargo em relação da publicação do livro *Portugal e o futuro*, em que criticava a política ultramarina do regime salazarista. Com a revolução foi nomeado presidente da República pela Junta de Salvação Nacional em 1974, tendo renunciado ao cargo do mesmo ano. Viveu exilado no Brasil e, posteriormente na Espanha. (GOES, 2007, p. 34-35).

⁹ As siglas significam Movimento Popular de Libertação de Angola -MPLA, criado em meados dos anos 50 em Angola que de tendências de esquerdas e que logo após ligou a então União Soviética e Cuba. Outro era o Movimento Afro-brasileiro de Pro-Libertação de Angola - MABLA, criado em 1961 em São Paulo e no Rio de Janeiro, que tinha a frente acadêmicos como Prof. Fernando Mourão (USP) e o Prof. José Marina Nunes Pereira da Conceição (UCAM). Ver (SANTOS, 2010 e 2014).

¹⁰ Para maior conhecimento sobre esse episódio consultar o livro *Torturas e Torturados* (1966), do jornalista e político Márcio Moreira Alves, dissertação *Movimento Afro-brasileiro de Pro-Libertação de Angola* (2010) e o livro *Relação Brasil/Angola* (2014), ambos de José Francisco dos Santos.

¹¹ Para maior conhecimento sobre esse episódio consultar, a dissertação do pesquisador Cláudio Ribeiro, *O Jornal o Estado de S Paulo em Face da Política Africana dos Governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964)* e dissertação *Movimento Afro-brasileiro de Pro-Libertação de Angola* (2010) e o livro *Relação Brasil/Angola* (2014).

¹² Cumpre observar que o grupo *O Estado de S Paulo* antes do golpe da autocracia militar pensou em apoiar para presidente do Brasil o jornalista e naquela altura governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda. Para maiores informações consultar, o livro de memória do jornalista Urbano Rodrigues, *O*



Estado brasileiro. Contudo, percebemos que essa configuração não se concretiza, pois não vemos uma intervenção direta do governo brasileiro, embora o relatório de Fontoura apontasse quais os caminhos que o Estado brasileiro poderia tomar.

A respeito essas questões o relatório faz uma análise das cinco colônias portuguesas no continente africano, Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Para nossa comunicação fizemos o recorde entre os dois principais “territórios”: Angola e Moçambique.

1.1 A construções comerciais entre o Estado brasileiro e os “territórios” sobre dominação portuguesa, o caso de Angola e Moçambique.

As relações comerciais brasileiras desenvolvidas com os países africanos de uma forma geral não eram expressivas reunindo Angola e Moçambique, não chegavam a 2%. Mesmo nos outros países vemos que a intensidade das relações comerciais entre Brasil e o continente africano diminuíram desde fim do tráfico negreiro¹³. Contudo Fontoura ressalta as potencialidades do comércio africano em especial com as ex-colônias em destaque Angola,

Há, entretanto potencialidades a desenvolver. Tanto no campo do comércio quanto dos investimentos, os territórios africanos de expressão portuguesa deverão, após sua independência, alcançar maiores índices de exteriorização de suas economias, quebrando a esmagadora prepotência de Portugal. Essa evolução poderá abrir ao Brasil novas possibilidades para o comércio e investimento, em que pesem as tendências socializantes dos dirigentes nacionalista.

Tempo em que Vivi. II (2004) e a dissertação Movimento Afro-brasileiro de Pro-Libertação de Angola (2010) e o livro Relação Brasil/Angola (2014).

¹³ Durante mais de 300 anos, ambas as regiões [Brasil e Angola] estiveram nas duas pontas do tráfico de escravos. Quase 70% dos cerca de cinco milhões de africanos que desembarcaram no Brasil vinham do Congo e de Angola. E as relações iam muito além do comércio negreiro: pelo menos desde o século XVII, africanos da costa centro-ocidental e brasileiros estavam unidos por laços mercantis, familiares e culturais. Por isso, logo depois da independência [do Brasil], Portugal chegou a enviar centenas de soldados para assegurar o controle de Angola e adiou o retorno a Lisboa de um navio de guerra fundeado em Luanda. E não eram só os portugueses que estavam alertas para manter a colônia africana. Em 1826, no tratado de reconhecimento da independência por Portugal, foi incluída uma cláusula proibindo o Brasil de incorporar qualquer colônia ou território luso no continente africano – Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé, Guiné-Bissau e o Forte de Ajudá, no Golfo do Benim. A medida foi imposição da Inglaterra, já envolvida na campanha para abolir o tráfico. (FERREIRA, 1998, p. 21).



Dentre esses territórios, Angola é sem dúvida o que apresenta maiores potencialidades. A existência de importantes depósitos de ferro, diamantes e petróleo, além de extensas áreas de terras propícias à cultura de produtos tropicais, parecem garantir a prosperidade futura, que não terá sido atingida há mais tempo em decorrência da falta de recursos da própria potência colonizadora e da estreita mentalidade mercantilista que caracterizou por muito tempo a administração portuguesa dos territórios de ultramar.¹⁴

Com duras críticas à forma como Portugal conduziu a administração comercial de suas colônias, em especial de Angola, Fontoura visualiza grande potencial no solo angolano. Exaltam as reservas minerais, a exemplo do ferro, petróleo, diamantes. Todavia, esses mesmos recursos na análise do embaixador brasileiro não foram aproveitados, por conta da falta de recurso da metrópole e da administração com “mentalidade mercantilista”. Fontoura expõe como era a exploração das riquezas de Angola,

O sistema de exploração das riquezas de Angola se caracteriza pela concentração da produção em um número pequeno de empresas estrangeiras ou sediadas na metrópole. Assim, cerca de 98% do valor da indústria extrativista resulta da exploração de três produtos básicos – minério de Ferro, petróleo e diamantes – por apenas cinco empresas estrangeiras, sendo o setor extrativo responsável também por mais de 40% das exportações angolanas. Nos setor agrícola, os principais artigos – café, algodão, sisal, cana de açúcar e frutas tropicais – têm sua produção e sua comercialização externa controlada por grandes grupos econômicos estabelecidos o território metropolitano português. Em que pesem as tendências socializantes dos principais líderes nacionalistas angolanas, é provável que, numa primeira fase, os interesses estrangeiros e portugueses nos territórios sejam preservados, a fim de não produzir o caos na economia local. É de se prever, contudo, que pelo menos os setores básicos da economia seja paulatinamente nacionalizados e estatizados. Essa tendência poderá favorecer os interesses do Brasil, ao facilitar a atuação de empresas estatais brasileiras, notamente [sic] as que operam no campo das indústrias extrativas do petróleo e do minério de ferro.

A exploração das riquezas naturais estava nas mãos de poucas corporações estrangeiras e basicamente concentradas na exploração de petróleo e minério de ferro. Já a produção agrícola estava ligada a empresas lusitanas. Os dados trazidos por Fontoura são alarmantes, retrata os grandes laços de exploração estabelecidos na relação colonial, relações em que a riqueza do país em vez de ser usada para os benefícios dos

¹⁴ Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p.129.



que vivem nele, acaba sendo utilizada para a sustentação de um regime de exploração que pendurou por mais de 500 anos¹⁵.

O Estado brasileiro, por sua vez, como é visto ao longo desse trabalho aproxima-se dessas ex-colônias, com o intuito de poder explorar essas riquezas. Não obstante, Fontoura aponta algumas possibilidades do comércio entre Brasil e Angola,

O comércio entre o Brasil e Angola poderá ser consideravelmente ampliado. Embora ocorram coincidências nas respectivas pautas de exportação (minério de ferro, café, algodão, fumo, sisal, açúcar, carne, etc.), Angola: a) é importadora de variada gama de produtos industrializados, capazes de serem fornecidos pelo Brasil; b) exporta petróleo, item de importância crescente na pauta brasileira de importação; e c) dispõe de receitas cambiais ascendentes, decorrentes de suas exportações de produtos agrícolas, de diamantes e de minérios de ferro, bem como dos “royalties” da exploração do petróleo de Cabinda (US\$ 400 Milhões, no ano passado).¹⁶

Os dados trazidos por Fontoura são pertinentes para entendermos os possíveis motivos da aproximação que o Brasil teve com o continente africano em meados da década de 1970. Como sabemos, hoje temos grandes empresas privadas e de capitais estatais em Angola, a exemplo da Odebrecht, e a Petrobras, conhecida em Angola como Braspetro. As informações que Fontoura nos traz vão demonstrando o quanto era importante apoiar a independências dos territórios africanos, mormente Angola.

Além de Angola demonstrar possibilidades diversas de negócios para o Brasil, Fontoura discorreu sobre Moçambique trazendo a seguintes considerações,

Moçambique aproxima-se da independência com uma situação econômica das mais precárias. Prejudicada por uma administração colonial pouco esclarecida, a economia moçambicana sofreu ainda os efeitos das atividades de guerrilha, sobretudo no Norte do país. Ademais, a descolonização apresentada trouxe uma crise de confiança que está tendo por consequência

¹⁵ No discurso de exploração de mais de 500 anos temos que fazer a reflexão que a ocupação portuguesa nos territórios africanos, que a primeiro momento foi de “roedura”, parafraseado, a historiadora Hernandez, em seu livro *África na Sala de Aula* (2008), pois ocupavam as margens litorâneas e em muitos casos negociavam com comerciantes africanos, os escravos. Esse é um assunto complexo, por hora a ocupação dos ditos territórios de expressão portuguesa no continente africanos ocorreu no final do século XIX, com as disputas territoriais dos territórios africanos, consagrado pela Conferencia de Berlim, em 1885, outro episodio que se configura de forma complexa, pelo valor atribuído a essa conferência. Para maior aprofundamento sobre esse assunto consultar BRUNSCHWIG, Henri. *A Partilha da África Negra*. (2001) e o livro de M'Bokolo, *África Negra* (2007)

¹⁶ Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p. 130.



o êxodo da população branca e a fuga de divisa. Trata-se de uma economia essencialmente agrícola – 85% da população africana economicamente ativa trabalha na agricultura, 70% das exportações são constituídas de castanha-de-caju, algodão e amendoim. É uma agricultura pouco capitalizada, carente de equipamentos e técnicas modernas e, portanto, com baixa produtividade, sendo a maioria dos seus produtos consumidos localmente. A indústria, também descapitalizada e tecnicamente retrógrada, contribui apenas com 15% do PNB e emprega 2% da população Moçambique, sendo dirigida basicamente para o atendimento da demanda local e pequena parcela de mercado português. Mesmo assim, sobretudo quanto a têxteis e gêneros alimentícios, parece estar em condições de competir em outros mercados africanos vizinhos, que até agora lhe estiveram fechados por injunções políticas.¹⁷

Novamente Fontoura chama atenção para administração portuguesa, afirmando que não soube desenvolver as potencialidades econômicas de Moçambique, um quadro próximo de Angola, embora, no Estado moçambicano as possibilidades em relação ao Estado angolano fossem menores. Entretanto, Fontoura sinaliza algumas possibilidades de negócios,

Moçambique conta com um grande trunfo, que é a usina hidrelétrica de Cabora Bassa, destinada originariamente, com seus 8 milhões de KW, a suprir o mercado da África do Sul, de onde veio a maior parte dos financiamentos e a vias necessários à concretização do gigantesco empreendimento. Se os novos dirigentes de Moçambique souberem usar do pragmatismo político, colocando à margem diferenças ideológicas e raciais com Pretória, Cabora Bassa constituir-se-á em importante, talvez e mais importante, fonte de divisas do novo Estado independente. Para o Brasil, não será difícil encontrar o que vender a Moçambique, mas sim o que dele comprar. Se o comércio oferece poucas perspectivas pelo menos à primeira vista, o campo para investimento é vasto, num país caracterizado pela fraca capitalização em todos os setores. A ideologia dos principais dirigentes de Frelimo faz supor que eles tenham em mente um projeto socialista para a economia de seu país. Isso não implica, porém, necessariamente, em exclusão da cooperação do capital estrangeiro. Tudo está em encontrar adequadas para que essa cooperação se possa concretizar. O mesmo se aplica, evidentemente, aos demais países africanos de expressão portuguesa.¹⁸

Segundo Fontoura as oportunidades para o comércio com Moçambique eram boas, embora nos primeiros anos pós-independência o Estado moçambicano não

¹⁷ Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p. 120-131.

¹⁸ Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p. 131-132.



enxergasse o Brasil com “bons olhos”¹⁹. Nos dias atuais os investimentos se materializaram, a exemplo da Companhia Vale do Rio Doce, que tem diversos investimentos nesse país. Como próprio embaixador expõe o Estado moçambicano não tem produtos que interessam para o Brasil, pois sua produção agrícola é semelhante à brasileira.

Por fim, Fontoura faz um prognóstico, em especial de Angola e Moçambique, em relação a possíveis investimentos futuros,

Além de mercado para produtos e investimentos brasileiros, Angola e Moçambique poderão ser também mercado importante para serviço – tais como os de construção de estradas, pontes, barragens, aeroportos, hotéis (Moçambique, por exemplo, tem potencial turístico), habitação, escola, universidades – nos quais o Brasil possui tecnologia não só avançada, mas também adaptada às condições de países tropicais e em processo de desenvolvimento, que apresenta a vantagem competitiva de beneficiar-se da identidade de língua.

Um ponto que conviria também ressaltar, com respeito às perspectivas do relacionamento do Brasil com os territórios africanos de expressão portuguesa, no campo econômico, é que esses territórios revestem grande importância não apenas pelo que representam em si mesmos – e sua expressão econômica relativa e pequena, conforme já foi assinado – mas pelas possibilidades que oferecem como “trampolim” para penetração brasileira em outros mercados africanos. Nas suas condições de colônias de Portugal, esses territórios estavam isolados do resto da África. Com Estados independentes, as portas tenderão a abrir-se a eles, talvez, até, nos primeiros tempos, com excesso de generosidade, como demonstração de apoio aos mais novos membros da família das nações independentes.

Tanto no campo oficial como no da iniciativa privada, a ação do Brasil nesse terreno deverá ser empreendida com grande tato, fim de não despertar suspeitas ou temores de ambições “neo-colonialistas” de sua parte.²⁰

A análise feita pelo embaixador brasileiro vislumbrava um futuro que se tornou o presente de algumas empresas brasileiras, já mencionadas nessa comunicação. Tanto Angola como Moçambique são Estados que, após o fim do colonialismo, com a saída do colonizador esse levou tudo que pode da infraestrutura, somando-se a isso os conflitos ocasionados pela Guerra Colonial para os portugueses ou de libertação para os

¹⁹ A respeito dessa questão o jornalista Elio Gaspari discorreu no seu livro *A Ditadura Encurralada* (2004)[...] *Ovidio lembraria que ele falou devagar, escandindo as sílabas: “As mentes e os corações moçambicanos, depois de sofrerem 14 anos de guerra depois de verem durante todos esse tempo o Brasil apoiando Portugal – não estavam acostumadas a considerar o Brasil como país amigo”.* (GASPARI, 2004, p.150)

²⁰ Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p.132-133.



africanos o que deixou esses Estados em “frangalhos”. Em Angola tivemos a guerra civil que durou até 2002. Sendo assim há muito que fazer em termos de infraestrutura. Empresas brasileiras, a exemplo da Odebrecht e da Vale do Rio Doce, a primeira desde no início dos anos 1980 estão presentes no Estado angolano. Ambas construindo estradas, pontes, prédios entre outros empreendimentos.

É importante salienta outros aspectos levantados por Fontoura como a questões culturais. O embaixador grifa alguns pontos sobre a relação cultural entre Brasil e os agora países africanos,

Pela identidade de idioma e seus laços étnicos com os territórios africanos de expressão portuguesa, o Brasil desfruta de uma situação privilegiada para empreender vigorosa ação no campo cultural. Pode-se dizer que é nesse terreno que há uma convergência maior entre os interesses do Brasil, de um lado, e os dos territórios em questão, e mesmo Portugal, de outro. Carentes, em maior ou menor grau, de quadros técnicos – problemas esse ainda mais agravado pelo êxodo de parte da população branca – as ex-colônias portuguesas estarão certamente interessadas em receber ajuda nos campos do ensino e da assistência técnica. O Brasil é dotado de condições ótimas para fornecer essa ajuda, não só pelos já mencionados fatores linguístico e étnico, mas também por haver desenvolvido técnicas próprias, adequadas às condições de países em desenvolvimento e em áreas tropicais. Nos campo do ensino, por exemplo, vê-se de imediato a possibilidade de aplicação dos métodos de alfabetização de adultos (MOBRAL).²¹

Registramos que Fontoura aponta que a forma de inserção do Estado brasileiro nesses novos países deveria acontecer por meio das relações culturais, por serem Estados que falam a mesma língua e que dali em diante iria se reconstruir. Há a necessidade de auxílios diversos, principalmente por conta da evasão da população branca, que inclusive detinha o conhecimento técnico.

O embaixador dá o exemplo do Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, que foi criado em 1967 pela ditadura civil-militar, e era uma das grandes bandeiras que pretendia alfabetizar jovens e adultos²². Os índices de analfabetismo no

²¹ Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p. 133.

²² Criado pelo Decreto n:62.455/68, tinha por finalidade executar o Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adolescentes e Adultos, para que contou com recursos da Loteria Esportiva e vários incentivos fiscais que lhe garantiram receitas consideráveis (Melchior, 1987). Porém distintamente do que se planejou, nem de longe o Mobral alcançou seus objetivos. Conforme dados do Censo de 1980, as taxas de analfabetismo da população maior de quinze anos, público- alvo do Mobral, estavam em 24,5%, contra os 33,6% registrados em 1970; ademais, o número absoluto de analfabetos havia crescido em 540 mil pessoas. (MATHIAS, 2004, p.175).



Brasil eram muito altos. Apesar de ainda hoje o quadro educacional brasileiro não ser dos melhores, contudo não se pode fazer uma comparação com a década de 1960, pois hoje temos diversos projetos do governo federal, estaduais e municipais que englobam além da alfabetização o ensino superior. Os problemas, agora, são outros como a qualidade e infraestrutura em todas as instâncias do ensino no Brasil.

Contudo se compararmos aos Estados africanos o cenário deles era muito pior. No caso dos países recém-independentes, a política dos regimes coloniais portuguesas nunca privilegiou a educação, pelo contrário²³. O ensino regular geralmente foi realizado por instituições religiosas, protestantes ou católicas.

Ressaltamos que esta última apoiou o regime salazarista. Dessa maneira o ingresso de estudantes negros era dificultado, pois a cidadania plena no Estado autoritário português nas colônias, por conta da lei do indigenato, era somente dada a quem sabia falar e escrever em português.

As questões expostas pelo embaixador Carlos Alberto da Fontoura no relatório direcionado ao Ministério Relações Exteriores, procurava preparar o então ministro Francisco Azeredo da Silveira, que visitou o país em outubro de 1974, após seis meses da Revolução dos Cravos fez uma prognostico amplo não somente dos acontecimentos em Portugal, mas principalmente para as então as “Províncias Ultramarinas”.

Considerações Finais

O relatório do embaixador Carlos Alberto da Fontoura evidencia a intenção do Estado brasileiro de prospecção em relação aos “territórios portugueses”, em solo africano, que ao entrar no processo de independência acelerado pela Revolução dos Cravos inferimos a intenção da ditadura civil-militar de ocupação do espaço que o Estado português estava deixando.

Registramos que o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, o que rendeu frutos ao Estado Brasileiro, como apontado nessa comunicação, o

²³ Para termos uma noção melhor sobre essa questão, registramos um trecho do pesquisador e educador angolano Filipe Zau sobre a política educativa em Angola na década de 1960: *Calcula-se que, por volta de 1962, tenham aparecido os primeiros Cursos de Monitores Escolares, ou seja, professores apenas habilitados com a 4ª classe, em alguns casos com a 4 classes dentro de uma mesma sala de aula. O tempo de duração da sua formação ocorria apenas no mês de Março ou, entre julho e Agosto, no período das férias, altura em que se podia dispor das instalações escolares, tanto para as aulas-modelo, como para feitoria e dormitório. Em geral, os monitores escolares apresentavam fraco domínio da língua portuguesa. Tinham dificuldade em redigir e cometiam muitos e grosseiros erros ortográficos. A aprendizagem das aptidões pedagógicas assentavam no princípios da imitação: “faz como eu faço” (ZAU, 2013:259).*



Brasil teve e tem uma relação com Angola e Moçambique estreitas, com seus altos e baixos desde 1975. Empresas brasileiras privadas e estatais, a exemplo da Odebrecht, hoje conhecidas pelos escândalos da lava jato, já estava em solo angolano na década de 1980, hoje ela é a maior empregadora privada em Angola. No caso de Moçambique, o Estado brasileiro também desde 1975 tem investimento no país, hoje a parceria entre os dois Estados se destaca na agricultura, a EMBRAPA vem corroborando na produção de grãos em especial a soja, além de empreendimentos, assim como em Angola de empreiteiras, a exemplo a Camargo Corrêa, na construção da Hidrelétrica na barragem de Mphanda Nkuwa .

Enfim, indagamos o quanto dessa referência faz parte de uma troca entre duas nações que foram espoliadas pelos países ricos, mormente, em primeiro momento por Portugal, depois pelas potências do século XX, Inglaterra, França, EUA e URSS, agora no século XXI pela China. O Brasil não será somente mais um país nesse sentido concreto, desejoso da espoliação de Angola e Moçambique? O que foi feito e o que está fazendo para contribuição da constituição da nação angolana e moçambicana, que, como demonstrado é muito recente? São indagações que essa comunicação procurou contribuir.

Referências Bibliográficas:

AUGUSTO, CLAUDIO DE FARIAS. *A Revolução Portuguesa*. São Paulo, 2011.

BRUNSCHWIG, Henri. *A Partilha da África Negra*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

D'ARAÚJO, Celina e CASTRO Celso. (orgs) *Ernesto Geisel*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

FERREIRA, Roquinado. Terra de oportunidades: Nos tempos da independência, vários brasileiros fizeram fama e fortuna do outro lado do oceano In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, dez – 2008.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOES, Walder. *Revolução em Portugal*. Brasília: UNB, 2007.



GONÇALVES, Willians. “O Realismo da Fraternidade as relações Brasil – Portugal no Governo Kubitschek”. São Paulo, 1994. Tese de Doutorado, em Sociologia, Universidade de São Paulo.

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na Sala de Aula: visita à história contemporânea*. 3ª. Ed. São Paulo: Selo Negro Edições, 2008.

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: História e Civilizações*. Do século XIX aos nossos dias. Tombo II. Tradução Manuel Resende. Lisboa: Colibri, 2007.

MATHIAS, Suzely Kalil. *Os militares na educação*. São Paulo: UNESP, 2004.

RELATÓRIO SECRETO nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974.

SANTOS, José Francisco dos. *Angola: ação diplomática brasileira no processo de independência dos países africanos em conflito com Portugal no cenário da Guerra Fria*. Tese de doutorado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2015.

SANTOS, José Francisco dos. *Movimento Afro-brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA) – “Um Amplo Movimento”: Relação Brasil e Angola de 1960 a 1975*. Dissertação de Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010.

SANTOS, José Francisco dos. *Relação Brasil/Angola: A participação de brasileiros no processo de libertação de Angola, o caso do MABLA e outros protagonistas*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2014.

SPEKTOR, Matias. (Org). *Azeredo da Silveira: um depoimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ZAU, Filipe. *Educação em Angola: Novos trilhos para o Desenvolvimento*. Luanda: Movilivros, 2013.